

AMBULATÓRIO PARA PESSOAS TRANS EM MARINGÁ: POR UMA PROMOÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Leonardo Antonio Chimirri da Silva (PIBIC-Af-IS), Eliane Rose Maio (Orientadora) E-mail: ermaio@uem.br
Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes e Centro de Ciências da Saúde, Maringá, PR.

Ciência da Saúde, Saúde Coletiva, Saúde Pública.

Palavras-chave: sexualidade; gênero; política pública.

RESUMO

Este estudo busca compreender as percepções dos profissionais de saúde sobre o Ambulatório Trans de Maringá-PR, inaugurado em 2022. Para isso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com cinco profissionais, visando analisar os desafios, o impacto social e a eficácia do serviço. Os resultados indicam que, apesar de o Ambulatório oferecer Atenção Especializada, há lacunas como falta de treinamento adequado e dificuldades na obtenção de medicamentos. Contudo, o serviço superou as expectativas, atendendo uma demanda maior que a prevista, evidenciando sua importância e o comprometimento da equipe. O Ambulatório é um exemplo de como políticas públicas podem promover a saúde integral e os direitos da população trans e travesti. Para fortalecer o serviço, é fundamental investir na capacitação contínua dos profissionais e garantir recursos, o que pode inspirar iniciativas semelhantes em outras regiões, promovendo um sistema de saúde mais inclusivo e equitativo.

INTRODUÇÃO

A partir de 2008, o Ministério da Saúde institucionalizou políticas públicas de afirmação de gênero para indivíduos transgêneros e travestis no Brasil, marco significativo para o amparo desta população que sofria desamparo para encontrar acesso à saúde, sobretudo em Atenção Especializada. Nesta Portaria, consolidou-se o “Processo Transexualizador” caracterizando o serviço em categoria ambulatorial e hospitalar visando principalmente terapias hormonais e cirurgias de redesignação sexual, respectivamente. Outras Portarias, como a nº 2.803/2013, por exemplo, vêm reorganizando e ampliando os serviços com intuito de garantir direito à saúde e bem-estar a população transgênero e travestis do país (Brasil, 2013). Neste sentido, este estudo tem como objetivo compreender as experiências e percepções de profissionais de saúde sobre o Ambulatório Trans de Maringá-PR. A partir de cinco entrevistas qualitativas com profissionais do serviço ambulatorial, buscou compreender e explorar os desafios enfrentados pelos profissionais de saúde na prestação de serviços especializados, bem como avaliar a eficácia dessas políticas dentro do Sistema Único de Saúde (SUS). A pesquisa se fundamenta em teorias

sobre os direitos sociais das minorias, com ênfase na função dos Ambulatórios Trans no SUS, e busca identificar as lacunas existentes na proteção e garantia dos direitos das pessoas trans e travestis.

Essas entrevistas permitiram uma análise aprofundada das percepções dos profissionais sobre a eficácia dos serviços prestados, as dificuldades enfrentadas e as possíveis melhorias. O estudo pretende contribuir para a discussão sobre a necessidade de um sistema de saúde mais inclusivo e eficiente, destacando a importância do fortalecimento das políticas públicas e do treinamento contínuo dos profissionais de saúde que atuam com essa população vulnerável.

MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo foi realizado no Ambulatório Trans de Maringá, vinculado à Policlínica Zona Sul de Maringá-PR, utilizando uma abordagem qualitativa. Inicialmente, foi feita uma revisão de literatura sobre os direitos sociais de minorias, o papel dos Ambulatórios Trans no SUS e as políticas públicas de saúde, com foco na população trans.

Na segunda etapa, dados foram coletados por meio de cinco entrevistas semiestruturadas com profissionais do Ambulatório, abordando suas atividades, desafios e perspectivas sobre o serviço oferecido. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas em tópicos com base no questionário da pesquisa.

Foram realizadas com as seguintes servidoras da equipe do Ambulatório: duas servidoras da Enfermagem, uma servidora da Assistência Social, uma da Endocrinologia e uma da Farmácia, e, para garantir o anonimato, as profissionais foram referidas como "SERVIDORA" e numerados em algarismos romanos para distinguir – seguindo a ordem das entrevistas. A análise das entrevistas buscou compreender as experiências e interpretações dos profissionais sobre a importância do serviço especializado para a população trans em Maringá-PR. Este estudo por abordar entrevistas qualitativas foi aprovado pelo Comitê Permanente de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (COPEP – Seres Humanos) com CAAE: 71540123.8.0000.0104.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A realidade do tema de políticas públicas voltadas à saúde de pessoas trans e travestis no Brasil data de 2008 quando a Portaria nº 1.707 inseriu no SUS o Processo Transexualizador, o qual possibilitou os procedimentos como cirurgias de redesignação de gênero, terapia hormonal e apoio psicológico voltados para mulheres transexuais (Brasil, 2008). Em 19 de novembro 2013, a Portaria Ministerial nº 2803 reformulou a Portaria de 2008 ampliando os serviços, que passaram a contemplar no processo transexualizador homens trans e travestis, uma vez que o serviço aumentou e passou a direcionar cirurgias como histerectomia, mastectomia, faloplastia e hormonioterapia mais específica, que era uma demanda antes não prescrita (Brasil, 2013; Rocon *et al.*, 2016).

Tais políticas públicas visam oferecer atendimento integral e especializado para trans e travestis, minoria que historicamente enfrenta discriminação e desafios na assistência à saúde e tem apresentado relevantes índices na redução de taxas de depressão e suicídio nesta população (Tordoff *et al.*, 2022). Serviços ambulatoriais e hospitalares foram criados com o propósito de atender às necessidades dessa população. Eles oferecem, entre outras atividades de atenção especializada, terapia hormonal, assistência psicológica, procedimentos cirúrgicos, bem como aconselhamento jurídico.

Entrevistamos cinco profissionais que atuam no Ambulatório Trans, de Maringá, que informaram sobre as condições de atuação neste local. O Ambulatório Trans de Maringá-Pr foi inaugurado em 2022 e é um exemplo desses serviços voltado à população trans e travesti. Devido ao crescente número de pessoas necessitando de atendimento especializado na área, este local tem servido como um ambiente seguro e acolhedor, facilitando a terapia hormonal e os exames clínicos. No entanto, nas entrevistas há queixas da equipe pela falta de treinamentos para o atendimento à população trans e travestis, no processo de instalação do Ambulatório, fato que levou as profissionais de saúde do local enfrentarem alguns desafios. Além disso, foi relatado em uma das entrevistas que houve a demora para aquisição de medicamentos e que essas deficiências impactaram negativamente na experiência dos pacientes e a qualidade do serviço oferecido.

Por meio das entrevistas podemos entender que apesar de todas as dificuldades, o Ambulatório tem obtido um impacto positivo na comunidade e tem mostrado a necessidade do serviço na região, pois – superando as expectativas – alcançou em seu primeiro ano de atividade cerca de duas vezes o número de pacientes esperado para os dois primeiros anos de atendimento. Nesse sentido, destaca-se o profundo comprometimento da equipe com a saúde e o bem-estar das pessoas trans e travestis, como também o autoconhecimento das servidoras ao fato de que o serviço deve ser melhorado, por exemplo, incluindo procedimentos cirúrgicos e a necessidade de um melhor treinamento para as profissionais que atendem no Ambulatório.

CONCLUSÕES

A criação do Ambulatório Trans de Maringá marcou um avanço significativo no reconhecimento dos direitos das pessoas transgênero e travestis. Originado por iniciativas da equipe de saúde do Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA), o Ambulatório foi criado para atender a demanda por cuidados especializados, promovendo visibilidade, respeito e contribuindo para a redução do estigma e da discriminação. Ele oferece atendimento digno e humanizado, transformando a vida de pessoas da população trans e travesti.

O Ambulatório enfrentou desafios iniciais, como a falta de treinamento da equipe, o que gerou erros no acolhimento e frustração dos pacientes. A compra de medicação também enfrentou obstáculos devido à ausência desses medicamentos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME), o que atrasou o tratamento e

levou à desistência de alguns usuários. Além disso, a falta de referência para encaminhamento de procedimentos cirúrgicos gerou insatisfação.

É crucial que haja treinamento contínuo dos profissionais e que recursos adequados sejam alocados para manter e expandir os serviços. Projetos de extensão com Instituições de Ensino Superior pode auxiliar na capacitação dos profissionais de saúde. O modelo do ambulatório de Maringá pode servir de exemplo para outras regiões do Brasil, contribuindo para um sistema de saúde mais inclusivo e equitativo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Dra. Eliane Rose Maio, pelo apoio e orientação ao longo deste projeto. Expresso também minha gratidão à Universidade Estadual de Maringá e à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação pelo suporte institucional. Agradeço à Secretaria de Saúde de Maringá e à equipe do Ambulatório Trans por permitirem a realização deste trabalho e por sua colaboração indispensável.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Portaria nº 1.707, Ministério da Saúde, Gabinete do Ministro. Define e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde. **Diário Oficial da União**. seção 1, Brasília, p. 48, 18 ago. 2008. Disponível em: https://www.cremesp.org.br/library/modulos/legislacao/versao_impressao.php?id=7895. Acesso em: 26 ago. 2024.

BRASIL. Portaria nº 2.803, Ministério da Saúde, Gabinete do Ministro. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União**. seção 1, Brasília, p. 25-30, 19 nov. 2013. Disponível em: https://www.cremesp.org.br/library/modulos/legislacao/versao_impressao.php?id=1479. Acesso em: 26 ago. 2024.

ROCON, P. C. *et al.* Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 8, p. 2517–2526, ago. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/zGJyVqQ6WGjygRzLqfd8vRD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jul 2024.

TORDOFF, D. M. *et al.* Mental Health Outcomes in Transgender and Nonbinary Youths Receiving Gender-Affirming Care. **JAMA Network Open**. v. 5, n 2, p. e220978, 25 de fev. de 2022. doi:10.1001/jamanetworkopen.2022.0978. Disponível em: <https://jamanetwork.com/journals/jamanetworkopen/fullarticle/2789423>. Acesso em: 20 jul 2024.